

Inquérito Civil n. 06.2019.00000563-6.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça, Cristina Elaine Thomé, de um lado, doravante denominado **COMPROMITENTE** e de outro, **LAR SAGRADA FAMÍLIA – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.258.472/0001-32, localizada na Rua Procópio Lohn, n. 3.345, bairro Varginha, Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP n. 88.140-000, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Jane Adriana dos Santos, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00000563-6, ora em tramitação nesta 1ª Promotoria de Justiça, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/2000, estabeleceu no art. 82, incs. VI, alíneas a e e, e XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa dos direitos constitucionais e outros interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CRFB/88), bem como a tutela de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CRFB/88);

CONSIDERANDO que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (art. 230, *caput*, da CRFB/88);

CONSIDERANDO que, em atenção ao supracitado dispositivo constitucional, a fim de garantir a proteção ao idoso foi criada a Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO o disposto nos art. 25, inc. VI, da Lei n. 8.625/93

(Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 52 do Estatuto do Idoso, os quais autorizam o Ministério Público a fiscalizar as entidades que abriguem idosos;

CONSIDERANDO que as regras estabelecidas pela Resolução – RDC/ANVISA n. 283/05, referentes ao padrão mínimo de funcionamento das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), visam garantir a população idosa os direitos assegurados pela legislação, bem como prevenir e reduzir os riscos à saúde destes, mediante a qualificação da prestação do serviço das referidas instituições;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) dispõe que *"o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade"*.

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 48 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) estabelece que "as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos: i) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; ii) apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; iii) estar regularmente constituída; iv) demonstrar a idoneidade de seus dirigentes".

CONSIDERANDO que o art. 50 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) elenca como obrigações das entidades de atendimento: "i) celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; ii) observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; iii) fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; iv) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; v) oferecer atendimento personalizado; vi) diligenciar no sentido da

preservação dos vínculos familiares; vii) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; viii) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; ix) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; x) propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; xi) proceder a estudo social e pessoal de cada caso; xii) comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; xiii) providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisiute os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; xiv) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; xv) manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; xvi) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares";

CONSIDERANDO que a instrução do presente procedimento revelou irregularidades de diversas ordens na constituição e no funcionamento da ILPI denominada Lar Sagrada Família em desrespeito a legislação que rege o regular funcionamento das instituições desta natureza, como o Estatuto do Idoso e a RDC/ANVISA n. 283/05;

CONSIDERANDO que as irregularidades, a priori, são sanáveis, sendo desnecessário, no momento, a aplicação das penalidades previstas no artigo 55 do Estatuto do Idoso, mormente porque a proprietária da entidade possui interesse em adequar-se integralmente às normas vigentes para Instituições de Longa Permanência de Idosos;

RESOLVEM celebrar, com espeque no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante as seguintes cláusulas:

1. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:

1.1. DA ORGANIZAÇÃO:

Cláusula 1ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90

(noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a respeitar a idade público alvo, não recebendo pessoas com idade inferior a 60 (sessenta) anos de idade, salvo na hipótese de obtenção de ordem judicial prévia, e nem ultrapassar a sua capacidade de atendimento (a ser constatada).

Cláusula 2ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a obter alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, e comprovar a inscrição de seu programa junto ao Conselho do Idoso, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 48 da Lei n. 10.741/03.

Cláusula 3ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, de provar que está legalmente constituída e apresentar, nesta 1ª Promotoria de Justiça: **a)** Estatuto registrado; Registro de entidade social e; Regimento Interno; **b)** a contratação de um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local, com formação de nível superior; **c)** contrato formal de prestação de serviço com todos os idosos, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I artigo 50 da Lei n. 10.741 de 2003; **d)** projeto de viabilidade econômico-financeira da Instituição.

Cláusula 4ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

Parágrafo único: A instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória a apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada. Em caso de terceirização destes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.

Cláusula 5ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a incluir em seu contrato de prestação de serviços, disposição expressa, na hipótese de participação do idoso no

custeio da entidade, que a participação não excederá a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

Cláusula 6ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, nas hipóteses de participação do idoso no custeio da entidade e em que o benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso é sacado por terceiro, em exigir instrumento procuratório ou, no caso de incapacidade, a nomeação de curador.

Cláusula 7ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a inscrever-se junto ao Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Santo Amaro da Imperatriz, apresentando, para tanto, a documentação pertinente junto aquele Conselho.

1.2. DOS RECURSOS HUMANOS:

Cláusula 8ª: A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

Parágrafo primeiro: Para a coordenação técnica: Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 horas por semana;

Parágrafo segundo: Para os cuidados aos residentes: a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia; b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno; c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno;

Parágrafo terceiro: Para as atividades de lazer: um profissional com formação de nível superior para cada 40 idosos, com carga horária de 12 horas por semana;

Parágrafo quarto: Para serviços de limpeza: um profissional para cada 100,00 m² de área interna ou fração por turno diariamente;

Parágrafo quinto: Para o serviço de alimentação: um profissional para cada 20 idosos;

Parágrafo sexto: Para o serviço de lavanderia: um profissional para cada 30 idosos, ou fração, diariamente.

Cláusula 9ª: Caso a Compromissária possua profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe.

Cláusula 10: A Instituição deve realizar atividades de educação permanente na área de gerontologia, com objetivo de aprimorar tecnicamente os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços aos idosos.

1.3. DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA:

Cláusula 11: Toda construção, reforma ou adaptação na estrutura física realizada pela Compromissária deverá ser precedida de aprovação de projeto arquitetônico junto à autoridade sanitária local bem como do órgão municipal competente.

Parágrafo primeiro: A Compromissária deve atender aos requisitos de infraestrutura física previstos na Resolução – RDC 283/2005 da ANVISA, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste Regulamento;

Parágrafo segundo: A Compromissária deverá oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com dificuldade de locomoção segundo o estabelecido na Lei n. 10.098/00 e NBR 9050/2015;

Parágrafo terceiro: Caso o terreno da Instituição de Longa Permanência para Idosos apresentar desníveis, deve ser dotado de rampas para facilitar o acesso e a movimentação dos residentes.

1.4. DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS:

Cláusula 12: A Compromissária deverá manter instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, proteção e combate a incêndio, telefonia e outras existentes, em consonância com as exigências dos códigos de obras e posturas municipais, assim como às normas técnicas brasileiras pertinentes a cada uma das instalações.

Parágrafo único: A Compromissária deve atender às seguintes exigências específicas:

A) Acesso externo - devem ser previstas, no mínimo, duas portas de

acesso, sendo uma exclusivamente de serviço.

B) Pisos externos e internos (inclusive de rampas e escadas) - devem ser de fácil limpeza e conservação, uniformes, com ou sem juntas e com mecanismo antiderrapante.

C) Rampas e Escadas - devem ser executadas conforme especificações da NBR 9050/ABNT, observadas as exigências de corrimão e sinalização. A escada e a rampa acesso à edificação devem ter, no mínimo, 1,20m de largura.

D) Circulações internas - as circulações principais devem ter largura mínima de 1,00m e as secundárias podem ter largura mínima de 0,80 m; contando com luz de vigília permanente. a) circulações com largura maior ou igual a 1,50 m devem possuir corrimão dos dois lados; b) circulações com largura menor que 1,50 m podem possuir corrimão em apenas um dos lados.

E) Elevadores - devem seguir as especificações da NBR 7192/ABNT e NBR 13.994.

F) Portas - devem ter um vão livre com largura mínima de 1,10m, com travamento simples sem o uso de trancas ou chaves.

G) Janelas e guarda-corpos - devem ter peitoris de no mínimo 1,00m.

Cláusula 13: A Compromissária deverá possuir os seguintes ambientes:

Parágrafo primeiro: **Dormitórios** separados por sexos, para no máximo 4 pessoas, dotados de banheiro.

a) Os dormitórios de 01 pessoa devem possuir área mínima de 7,50 m², incluindo área para guarda de roupas e pertences do residente.

b) Os dormitórios de 02 a 04 pessoas devem possuir área mínima de 5,50m² por cama, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos residentes.

c) Devem ser dotados de luz de vigília e campainha de alarme.

d) Deve ser prevista uma distância mínima de 0,80 m entre duas cama.

e) O banheiro deve possuir área mínima de 3,60 m², com 1 bacia, 1

lavatório e 1 chuveiro, não sendo permitido qualquer desnível em forma de degrau para conter a água, nem o uso de revestimentos que produzam brilhos e reflexos.

Parágrafo segundo: Áreas para o desenvolvimento das atividades voltadas aos residentes com graus de dependência I, II e que atendam ao seguinte padrão:

- a) Sala para atividades coletivas para no máximo 15 residentes, com área mínima de 1,0 m² por pessoa;
- b) Sala de convivência com área mínima de 1,3 m² por pessoa;
- c) Sala para atividades de apoio individual e sócio-familiar com área mínima de 9,0 m²;

Parágrafo terceiro: Banheiros Coletivos, separados por sexo, com no mínimo, um box para vaso sanitário que permita a transferência frontal e lateral de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme especificações da NBR9050/ABNT;

- a) As portas dos compartimentos internos dos sanitários coletivos devem ter vãos livres de 0,20m na parte inferior;

Parágrafo quarto: Espaço ecumênico e/ou para meditação;

Parágrafo quinto: Sala administrativa/reunião;

Parágrafo sexto: Refeitório com área mínima de 1m² por usuário, acrescido de local para guarda de lanches, de lavatório para higienização das mãos e luz de vigília;

Parágrafo sétimo: Cozinha e despensa;

Parágrafo oitavo: Lavanderia, com local para guarda de roupas de uso coletivo e de material de limpeza;

Parágrafo nono: Almoxarifado indiferenciado com área mínima de 10,0 m²;

Parágrafo décimo: Vestiário e banheiro para funcionários, separados por sexo: a) Banheiro com área mínima de 3,6 m², contendo 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 10 funcionários ou fração; b) Área de vestiário com área mínima de 0,5 m² por funcionário/turno; REQUERERAM PRAZO DE 1 ANO

Parágrafo onze: Lixeira ou abrigo externo à edificação para armazenamento de resíduos até o momento da coleta;

Parágrafo doze: Área externa descoberta para convivência e

desenvolvimento de atividades ao ar livre (solarium com bancos, vegetação e outros). A exigência de um ambiente, depende da execução da atividade correspondente, sendo que os ambientes podem ser compartilhados de acordo com a afinidade funcional e a utilização em horários ou situações diferenciadas.

1.5. DOS PROCESSOS OPERACIONAIS:

Cláusula 14: A Compromissária deve elaborar plano de trabalho, que contemple o seguinte: Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde; Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade; Promover ambiência acolhedora; Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência; Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local; Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações; Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente; Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos; Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais e Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

Parágrafo primeiro: As atividades devem ser planejadas em parceria e com a participação efetiva dos idosos, respeitando as demandas do grupo e aspectos sócio-culturais do idoso e da região onde estão inseridos;

Parágrafo segundo: Cabe à Compromissária manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no art. 50, inciso XV, da Lei n. 10.741/2003;

Parágrafo terceiro: A Compromissária deve comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, bem como ao Ministério Público, a situação de abandono familiar do idoso ou a ausência de identificação civil;

Parágrafo quarto: A Compromissária deve manter disponível cópia da Resolução – RDC n. 283/2005 da ANVISA para consulta dos interessados.

1.6. DA SAÚDE:

Cláusula 15: A Compromissária deve elaborar, a cada dois anos,

um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes, em articulação com o gestor local de saúde, que deverá ter as seguintes características: Ser compatível com os princípios da universalização, equidade e integralidade; Indicar os recursos de saúde disponíveis para cada residente, em todos os níveis de atenção, sejam eles públicos ou privados, bem como referências, caso se faça necessário; prever a atenção integral à saúde do idoso, abordando os aspectos de promoção, proteção e prevenção; conter informações acerca das patologias incidentes e prevalentes nos residentes.

Parágrafo primeiro: A Compromissária deve avaliar anualmente a implantação e efetividade das ações previstas no plano, considerando, no mínimo, os critérios de acesso, resolubilidade e humanização;

Parágrafo segundo: A Compromissária deve comprovar, quando solicitada, a vacinação obrigatória dos residentes conforme estipulado pelo Plano Nacional de Imunização de Ministério da Saúde;

Parágrafo terceiro: Cabe ao Responsável Técnico - RT da Compromissária a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos idosos, respeitados os regulamentos de vigilância sanitária quanto à guarda e administração, sendo vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica;

Parágrafo quarto: A Compromissária deve dispor de rotinas e procedimentos escritos, referente ao cuidado com o idoso. Em caso de intercorrência médica, cabe ao responsável técnico providenciar o encaminhamento imediato do idoso ao serviço de saúde de referência previsto no plano de atenção e comunicar a sua família ou representante legal;

Parágrafo quinto: Para o encaminhamento, a instituição deve dispor de um serviço de remoção destinado a transportar o idoso, segundo o estabelecido no Plano de Atenção à Saúde.

1.7. DA ALIMENTAÇÃO:

Cláusula 16: A Compromissária deve garantir aos idosos a alimentação, respeitando os aspectos culturais locais, oferecendo, no mínimo, seis refeições diárias.

Parágrafo primeiro: A manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento e distribuição dos alimentos devem seguir o estabelecido na RDC

n. 216/2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

Parágrafo segundo: A instituição deve manter disponíveis normas e rotinas técnicas quanto aos seguintes procedimentos: a) limpeza e descontaminação dos alimentos; b) armazenagem de alimentos; c) preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação; d) boas práticas para prevenção e controle de vetores; e) acondicionamento dos resíduos.

1.8. DA LAVAGEM, PROCESSAMENTO E GUARDA DE ROUPA:

Cláusula 17: A instituição deve manter disponíveis as rotinas técnicas do processamento de roupas de uso pessoal e coletivo, que contemple: a) lavar, secar, passar e reparar as roupas; b) guarda e troca de roupas de uso coletivo.

Parágrafo primeiro: A Instituição deve possibilitar aos idosos independentes efetuarem todo o processamento de roupas de uso pessoal;

Parágrafo segundo: As roupas de uso pessoal devem ser identificadas, visando a manutenção da individualidade e humanização;

Parágrafo terceiro: Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS.

1.9. DA LIMPEZA:

Cláusula 18: A Compromissária deverá manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade, devendo manter disponíveis as rotinas quanto à limpeza e higienização de artigos e ambientes.

Parágrafo único: Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS.

1.10. DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA:

Cláusula 19: A equipe de saúde responsável pelos residentes deverá notificar à vigilância epidemiológica a suspeita de doença de notificação compulsória conforme o estabelecido no Decreto n. 49.974-A - de 21 de janeiro de 1961, Portaria N. 1.943, de 18 de outubro de 2001, suas atualizações, ou outra que venha a substituí-la.

Parágrafo único: A instituição deverá notificar imediatamente à autoridade sanitária local, a ocorrência dos eventos sentinela abaixo: - Queda com

lesão; - Tentativa de suicídio.

1.11. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Cláusula 20: A Compromissária deverá realizar a avaliação contínua do desempenho e padrão de funcionamento da Instituição, levando em conta os seguintes indicadores: Taxa de mortalidade em idosos residentes; taxa de incidência de doença diarreica aguda em idosos residentes; taxa de incidência de escabiose em idosos residentes; taxa de incidência de desidratação em idosos residentes; taxa de úlcera de decúbito e de desnutrição em idosos residentes.

Parágrafo primeiro: a periodicidade da avaliação deverá ser mensal;

Parágrafo segundo: todo mês de janeiro a Compromissária deverá encaminhar à Vigilância Sanitária de Santo Amaro da Imperatriz o consolidado dos indicadores do ano anterior.

1.12. DAS NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO:

Cláusula 21: A Compromissária compromete-se a promover a adequação da referida ILPI às normas de segurança contra incêndio estabelecidas na legislação vigente e instruções normativas aplicáveis à espécie, a fim de obter o habite-se e o atestado de funcionamento pelo **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, iniciando a regularização no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC.

Cláusula 22: A Compromissária compromete-se a atender as exigências registradas no Plano de Regularização de Edificação, atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina dentro dos prazos por ele fixados.

Cláusula 23: A Compromissária compromete-se a executar os projetos nos exatos termos em que foram (serão) aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, dentro do prazo constante no projeto preventivo contra incêndio aprovado.

Cláusula 24: A Compromissária, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do presente TAC, assume a obrigação de fazer consistente na realização das obras e melhorias exigidas de acordo com as normas técnicas, urbanísticas e ambientais aplicáveis à espécie, inclusive obedecendo às

Normas Técnicas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Decreto n. 5.296/04, a Lei n. 13.146/15 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor, sendo sua a responsabilidade de obter perante os órgãos públicos as autorizações e licenças eventualmente necessárias, imputando-se exclusivamente a si os riscos pela demora na execução do cronograma aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Cláusula 25: A Compromissária compromete-se a comunicar por escrito e mediante protocolo ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - unidade de Santo Amaro da Imperatriz - sobre a finalização de cada uma das etapas do cronograma aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar para fins da realização de vistoria.

Parágrafo Único: A Compromissária compromete-se a apresentar, nesta Promotoria de Justiça, cópia do protocolo de solicitação de vistoria aos Bombeiros Militares, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do fim de cada prazo constante no cronograma aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

2. DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 26: O descumprimento de quaisquer das Cláusulas e Parágrafos acima, implicará em multa mensal à Compromissária, por obrigação/item descumprido, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil) reais.

Parágrafo Único: Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

3. DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES:

Cláusula 27: Caso a Compromissária não venha a cumprir as obrigações acima estipuladas, além da medida compensatória constante da cláusula 28, assume a obrigação de não fazer, consistente em encerrar imediatamente as atividades, informando as famílias e à Secretaria Municipal de Assistência Social, para que todos os direitos dos idosos sejam respeitados, em especial uma moradia digna.

4. DA MEDIDA COMPENSATÓRIA:

Cláusula 28: A Compromissária, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, compromete-se, ainda, a realizar o pagamento de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao FRBL (art. 8º do Assento N. 001/2013/CSMP), criado pela Lei Estadual n. 15.694/11, no prazo de 60 (sessenta) dias.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 29: O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência dos signatários, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, em qualquer hipótese, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Cláusula 30: As multas aplicadas serão convertidas ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados, mediante emissão de boleto bancário pela 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz.

Cláusula 31: A Compromissária, disporá de **05 (cinco) dias após o vencimento das obrigações previstas nas cláusulas anteriores para comprovar, perante esta Promotoria de Justiça, o cumprimento delas.**

Cláusula 32: O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida coletiva ou individual, de cunho civil contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens supra acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

Cláusula 33: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 34: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º,

§ 6º, da Lei n. 7.347/85.

6. DO ARQUIVAMENTO:

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o **Inquérito Civil n. 06.2019.00000563-6** e comunica o arquivamento, neste ato, à Compromissária, com fundamento no artigo 48, inciso II, do Ato n. 00395/2018 da PGJ, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 50 do Ato n. 00395/2018/PGJ.

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de abril de 2019.

CRISTINA ELAINE THOMÉ
Promotora de Justiça
Compromitente

JANE ADRIANO DOS SANTOS
Sócia Administradora da ILPI Lar
Sagrada Família
Compromissária

Testemunhas:

Jessyka Aparecida Zimmermann
Assistente de Promotoria

Natália Ventura Becker
Estagiária de graduação